

15 DEZ 1987

Brasil dá prazo a credor para solução negociada

Divida Externa

O ministro da Fazenda, Bresser Pereira, ameaçou ontem os bancos credores com decisões unilaterais — o que significa, na prática, retomar a moratória — caso não cheguem, até 15 de janeiro, a uma solução negociada com o Governo brasileiro para o reescalonamento da dívida externa. A advertência foi feita em pronunciamento na Assembléia Parlamentar Latino-Americana, aberta pela manhã no auditório Petrônio Portella, no Senado.

Sob aplausos discretos, acentuou serem absolutamente legítimas as ações unilaterais, “porque são a única arma de que dispõem os países latino-americanos”, conforme acentuou, diante de impasses para resolver a questão do endividamento externo.

Bresser concordou com o senador Carlos Andrés Pérez, ex-presidente da Venezuela e novamente candidato à presidência, um dos participantes da 4ª Assembléia Parlamentar, em que há uma larga distância entre o discurso em favor do endurecimento nas negociações da dívida e a prática efetiva deste discurso.

— Essa dicotomia entre o dis-

curso e a prática ocorre porque não há unidade política suficiente entre os países da América Latina e, principalmente, porque existe um imenso medo das suas classes dirigentes de que o endurecimento nas negociações representa um confronto com o mundo capitalista internacional, o que não é verdade — declarou.

O antecessor de Bresser no Ministério da Fazenda, Dilson Funaro, que também participa da Assembléia, criticou-o, embora sem citá-lo, ao afirmar, em conversa com jornalistas, ser justamente isso o que está ocorrendo no Governo Sarney — ou seja, existe um discurso veemente favorável a soluções heterodoxas para a questão do endividamento e uma prática ortodoxa. Para Funaro, a moratória não deveria ter sido suspensa, como decidiu seu sucessor ao negociar o acordo provisório com os bancos credores.

Bresser enfatizou que soluções favoráveis aos países latino-americanos no problema da dívida só podem ocorrer se houver unidade política entre eles, porque a unidade econômica, pela integração regional, é difícil, já que os países do conti-

nente tem economias semelhantes e não complementares.

O presidente do Banco Central, Fernando Milliet, afirmou, ontem, após a reunião do Conselho Monetário Nacional (CMN), que o Brasil manteve a decisão de prorrogar o pagamento de 500 milhões de dólares, relativos ao principal da dívida do País junto ao Clube de Paris, no primeiro semestre deste ano. Apesar de o Brasil estar em dia com o pagamento dos juros da dívida com o Clube e do parecer favorável do Fundo Monetário Internacional (FMI), em relatório sobre a economia brasileira, o Clube de Paris denunciou, unilateralmente, o acordo feito com o Brasil em janeiro último e o fato de o País ainda não ter feito acordo com o FMI.

O CMN aprovou, também, o fim da moratória da dívida externa ao cancelar o aval para a conclusão do acordo com os bancos credores internacionais, objetivando o pagamento de 4 bilhões e 500 milhões de dólares de juros devidos durante o ano de 1987.

Durante sua entrevista à imprensa, Fernando Milliet, destacou a necessidade de o Brasil não mais pagar os 100 por cento dos serviços da dívida externa, como ocorreu em 1986.